

19 JUL 1988 Lourenço adverte Ulysses

Num encontro casual ontem no Congresso com o deputado Ulysses Guimarães, o deputado José Lourenço, líder do PFL, advertiu-o de que mais tarde ele corre o risco de ser apontado como o principal responsável por estar dotando o País de uma Constituição, que se não for revista no segundo turno, pode tornar o Brasil ingovernável. O deputado Ulysses Guimarães convidou o líder do PFL para uma conversa reservada, prevista para ontem à noite. Mas Lourenço, em suas divagações, perguntava-se se nas primeiras votações da Constituinte na próxima semana, ocorrendo ausência de quorum para deliberação, não seria melhor adiar para o próximo ano a promulgação do novo texto constitucional? Ou a outra alternativa que resta, segundo ele, seria a de aprovar a Constituição com todas as distorções, equívocos e omissões assinaladas no primeiro turno de votação.

Ontem, no Palácio do Planalto, as diversas lideranças políticas governamentais estiveram reunidas com o presidente Sarney, analisando ponto por ponto, os vários aspectos do texto constitucional até aqui aprovado, considerados pelo Governo como críticos, passíveis de alterações. Hoje, haverá uma nova reunião das lideranças políticas com o presidente Sarney, da qual participarão também ministros de Estado. Como o Governo tem consciência das dificuldades que tem pela frente, a idéia que prevaleceu na reunião de ontem no Planalto foi a de concentrar fogo sobre um selecionado número de pontos da futura Constituição a serem suprimidos, de modo a atenuar os efeitos que possam vir a ter sobre a vida nacional, especialmente no que tange à criação de novos encargos financeiros sobre o Orçamento da União.

Na sua habitual entrevista diária à imprensa, o líder José Lourenço recordou diversos dispositivos que penalizam o Orçamento da União com novos encargos financeiros, como o que concede ao servidor público, civil ou militar da

União, o direito de escolher, no curso de sua carreira, o período mais conveniente a seus interesses para efeito de aposentadoria. Lamentou ainda a criação de novos tributos que irão incidir sobre o cidadão, como o imposto de renda estadual ou uma nova alíquota que incidirá sobre os combustíveis a nível municipal.

Receio de falta de quorum

Entre lideranças políticas da Constituinte há receio de que até o dia 7 de agosto, quando termina o prazo para celebração das convenções municipais para escolha, pelos partidos, de seus candidatos a prefeito e vereador, não venha a haver número, no plenário da Constituinte, para efeito de decisão. Ou então que a presença em plenário seja baixa, de no máximo 310 a 320 constituintes. O deputado Ulysses Guimarães irá submeter à apreciação do plenário o texto constitucional da futura Constituição, ressalvados os destaques. Há quem admita a possibilidade ou risco de que, durante três ou quatro dias seguidos o texto constitucional não consiga alcançar o quorum dos 280 votos necessários à sua aprovação. Um grande número de constituintes se encontra em seus Estados, envolvidos nas articulações com vistas às eleições municipais e não se revelam dispostos, de imediato, a abandonar suas bases eleitorais, razão pela qual, pelo menos nos primeiros dias da próxima semana, a previsão é a de que o quórum dos presentes em Brasília não ultrapasse a casa dos 310 a 320 constituintes. As lideranças dos partidos já foram acionadas com a finalidade de mobilizar suas bancadas a se fazerem presentes em Brasília no início da próxima semana, a fim de que a Constituinte possa deliberar.

Protesto de Gasparian

O deputado paulista Fernando Gasparian, do PMDB paulista, revelava-se ontem profundamente irritado com seus colegas de partido, os deputados Bernardo Cabral e senador José Fogaça, e relator-adjunto da Constituinte. Queixava-se que, nos últimos dias,

tentou inutilmente falar, pelo telefone, diversas vezes com Bernardo e Fogaça, sem jamais localizá-los. Gasparian está interessado em manter no texto constitucional o dispositivo de sua autoria que limita em 12% os juros bancários. Mas o deputado Bernardo Cabral e o senador Fogaça demonstram a intenção de transferir para a lei ordinária o tabelamento dos juros, o que é considerado pelo representante paulista como uma "tradição aos compromissos programáticos do PMDB".

Caixa de surpresas

Do deputado José Lourenço, líder do PFL, cáustico em suas críticas em relação ao deputado Bernardo Cabral, a quem assim definiu ontem:

— O Bernardo é como uma caixa de surpresas. Dele pode sair tudo...

Maciel, sensível

Um político do PFL mineiro informa que o senador Marco Maciel estaria, em suas últimas conversas, demonstrando se encontrar sensível aos apelos que lhe estão sendo dirigidos para que concorde com o adiamento da convenção do seu partido para depois das eleições municipais. Alega-se, no entanto, que Maciel só não concordou ainda com o adiamento, em virtude das pressões em sentido contrário que lhe estão fazendo os senadores Jorge Bornhausen, de Santa Catarina, e Carlos Chiarelli, do Rio Grande do Sul.

Ameaça de cisão

Em Mato Grosso do Sul pesa ameaça de cisão sobre o PMDB, se o candidato do partido a prefeito de Campo Grande for o deputado Plínio Martins. O grupo conservador do PMDB, liderado pelo governador Marcelo Miranda, não concorda com a candidatura de Plínio, a quem atribui inclinações políticas de esquerda. Acontece que Plínio é irmão do senador Wilson Martins, a mais importante liderança do PMDB de Mato Grosso. Se Plínio for traído na convenção, o grupo de Wilson Martins pode emigrar para o PSDB.